UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE FREDERICO WESTPHALEN
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

IVANCARLOS BRANDALISE

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTROLE DAS DESPESAS PÚBLICAS NA GESTÃO MUNICIPAL DE TAQUARUÇU DO SUL - RS

FREDERICO WESTPHALEN
2022

IVAN CARLOS BRANDALISE

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTROLE DAS DESPESAS PÚBLICAS NA GESTÃO MUNICIPAL DE TAQUARUÇU DO SUL - RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS, Unidade de Frederico Westphalen.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Vanderlei Vargas Groff
Coorientador: Prof. Me. Carlos Eduardo Kruger

FREDERICO WESTPHALEN

2022

Catalogação de Publicação na Fonte

B798i Brandalise, Ivan Carlos.
A importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul - RS / Ivan Carlos Brandalise. – Frederico Westphalen, 2022.
50 f.

Orientador: Paulo Vanderlei Vargas Groff.
Co-orientador: Carlos Eduardo Kruger.

Monografia (Graduação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso Superior de Bacharelado em Administração Pública, Unidade em Frederico Westphalen, 2022.

1. Sociedade. 2. Controle Social. 3. Gestão municipal. I. Groff, Paulo Vanderlei Vargas. II. Kruger, Carlos Eduardo. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada por Laís Nunes da Silva CRB10/2176.

IVAN CARLOS BRANDALISE

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE NO CONTROLE DAS DESPESAS PÚBLICAS NA GESTÃO MUNICIPAL DE TAQUARUÇU DO SUL - RS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do Título de Bacharel em Administração Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS, Unidade de Frederico Westphalen.

Orientador: Prof.Dr. Paulo Vanderlei Vargas Groff

Aprovada em: / /

BANCA EXAMINADORA

_____
Orientador: Prof.Dr. Paulo Vanderlei Vargas Groff
Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS

_____
Coorientador:Prof. Me. Carlos Eduardo Kruger
Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS

_____
Professor: Dr. Samba Sané
Universidade Estadual do Rio Grande Do Sul – UERGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por ter me ajudado a seguir este caminho de estudos e me proporcionado chegar até aqui.

Agradeço a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS, Campus de Frederico Westphalen – RS que me deram a oportunidade de cursar Administração Pública nesta instituição. Sou grato a todo o corpo docente, à direção e administração dessa instituição.

Ao meu orientador e ao meu coorientador que fizeram toda a diferença na orientação do meu trabalho de conclusão de curso, agradeço pelo suporte e incentivo.

Agradeço à minha família e amigos por terem me apoiado, incentivado e por ficarem ao meu lado nessa caminhada.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado.

RESUMO

A presente pesquisa trata da realização do estudo acerca da importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul. De acordo com a plataforma digital do Governo Federal (2022) é chamado de controle social a efetiva participação da sociedade na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas. Para alcançar os objetivos propostos buscou-se dados regulamentares, qualitativos e quantitativos obtidos principalmente por meio da prefeitura de Taquaruçu do Sul, que colaboram na fiscalização da gestão municipal. Obtendo abordagem qualitativa especialmente por meio de conversas informais e abordagem quantitativa sendo os dados representadas em números. Além de se tornar uma pesquisa aplicada quanto a sua natureza, pois envolve verdades e interesses locais, trazendo a solução para os problemas peculiares. E quanto aos seus objetivos torna-se uma pesquisa exploratória, descritiva e explicativa, existindo a exploração de dados sobre a participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal, onde foram usados os procedimentos de pesquisa bibliográfica. Aplicou-se questionário à determinadas funções públicas importantes dentro do município e com a análise das respostas observou-se o quanto é importante a participação efetiva da sociedade sobre as ações da Administração Pública. Concluindo-se assim a importância do controle social, onde por meio deste estudo a quem possa interessar podem tomar de exemplo os resultados da pesquisa proposta.

Palavras-chave: Sociedade. Controle Social. Gestão Municipal.

ABSTRACT

The present research deals with the accomplishment of the study about the importance of the participation of the society in the control of the public expenses in the municipal administration of Taquaruçu do Sul. According to the Federal Government's digital platform (2022), social control is the effective participation of society in supervising the application of public resources, in formulating and monitoring the implementation of policies. In order to achieve the proposed objectives, regulatory, qualitative and quantitative data were obtained mainly through the city hall of Taquaruçu do Sul, which collaborate in the supervision of municipal management. Getting qualitative approach especially through informal conversations and quantitative approach being the data represented in numbers. In addition to becoming an applied research as to its nature, as it involves local truths and interests, seeking the solution to peculiar problems. And as for its objectives, it becomes an exploratory, descriptive and explanatory research, with the exploration of data on the participation of society as a supervisor in municipal management, where bibliographic research procedures were used. A questionnaire was applied to certain important public functions within the municipality and with the analysis of the answers, it was observed how important the effective participation of society is in the actions of the Public Administration. This concludes the importance of social control, where, through this study, whoever may be interested can take as an example the results of the proposed research.

Keywords: Society. Social Control. Municipal Management.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Município de Taquaruçu do Sul.....20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CACS - CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL
FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
GEF - GRUPO NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL
GEFE - GRUPOS DE EDUCAÇÃO FISCAL ESTADUAIS
GEFM - GRUPOS DE EDUCAÇÃO FISCAL MUNICIPAIS
IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
PEF/RS - PROGRAMA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO FISCAL -
PMEF - PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO FISCAL
PNEF - PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL
RS - RIO GRANDE DO SUL
SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS
UERGS - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....09
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....11
2.1 O Controle social e a participação da sociedade.....11
2.1.1 Programa Nacional de Educação Fiscal e Programa Estadual de Educação Fiscal.....13
2.1.1.1 O Programa Estadual de Educação Fiscal.....15
2.1.2 Caracterização de gestão municipal e sua fiscalização.....17
2.1.3 Caracterização do município de Taquaruçu do Sul.....19
2.1.3.1 Caracterização da fiscalização na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.....20
3 METODOLOGIA.....24
3.1 Método de pesquisa.....24
3.1.1 Fontes de pesquisa.....24
3.1.2 Quanto à abordagem.....25
3.1.3 Quanto a sua natureza.....26
3.1.4 Quanto aos seus objetivos.....26
3.1.5 Quanto aos procedimentos.....27
3.1.6 Observação direta extensiva.....28
4 ANÁLISE DOS DADOS.....31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....39
REFERÊNCIAS.....41
APÊNDICE.....46

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso visa apresentar o estudo realizado acerca daimportância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul. Especificou-se dados para a concretização do estudo, debatendo participações, leis e decretos já sancionados e quais os benefícios trazidos para a sociedade em geral.

De acordo com a plataforma digital do Governo Federal (2022) é chamado de controle social a efetiva participação da sociedade na fiscalização da aplicação dos recursos públicos, na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas. Um controle social ativo viabiliza uma maior participação cidadã, contribuindo para o fortalecimento da democracia no país.

O município de Taquaruçu do Sul – RS criou a Lei Municipal Nº 1.262, de 10 de julho de 2013 que institui o Programa Municipal de Educação Fiscal – PMEF, em conformidade com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF e com o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/RS, a ser implementado no âmbito do município.Esta lei foi criada para o aumento do controle social municipal, e assim sendo, este estudo tem por finalidade a análisedas participações da sociedade e das políticas públicas existentes para a fiscalização na gestão pública de Taquaruçu do Sul.

Buscou-se dados regulamentares, qualitativos e quantitativos obtidos principalmente por meio da prefeitura de Taquaruçu do Sul, que colaboram na fiscalização da gestão municipal. Assim, no decorrer do estudo presente, os dados, informações e leis estãoexibidos e elucidados, trazendo às considerações finais maior concretude em relação ao tema selecionado. Foi, além disso, pesquisado e analisadoa importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal.

Considerando-se que o exposto visa proporcionar um melhor entendimento a respeito da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal formulou-se o seguinte problema de pesquisa: Como ocorre o controle social sobre a Administração Pública em Taquaruçu do Sul?

Para isso,delimitou-se quanto objetivo geral desta pesquisa:“Estudar a importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestãomunicipal de Taquaruçu do Sul”.

Esta pesquisa delimitou-se em uma análise da importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do

Sul.Estãoapresentados os dados e informações convincentes ao estudo proposto, identificando a evolução e o melhoramento da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal.

De forma específica, pretendeu-se:

- Identificar as políticas públicas existentes e necessárias para a fiscalização da gestão municipal;
- Ponderar formas de melhoramento na fiscalização da gestão municipal;
- Compreender a importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão pública municipal.

Justifica-se que estapesquisaé de fundamental importância, com a necessidade de se pesquisar e analisar aimportância da participação da sociedade como fiscalizadora do controle de despesas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul. Conhecendo melhor as formas de fiscalização equais os programas de incentivo, onde buscou-se melhores resultados para o estudo presente.

O estudo originougrande conhecimento e experiência ao acadêmico, sendo que os estudos teóricos no curso de administração pública foram aplicados na prática. É também incentivado pelo fato de que a Universidade tem seu valor, porquanto o estudo foi realizado por meio da UERGS - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - Campus Frederico Westphalen – RS e do mesmo modo pelo curso de Administração Pública, visando o desenvolvimento da Universidade e do curso em geral.

A pesquisa é de grande importância para a sociedade, pois mostra aimportância da participação da própria sociedade como fiscalizadora na gestão pública municipal de Taquaruçu do Sul. À vista disso, justifica-se que o presente estudo é de fundamental importância pela necessidade de se pesquisar e compreender como é importante o controle das despesas públicas para a sociedade, pois mostra a importância da participação da própria sociedade como fiscalizadora na gestão municipal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico é capaz de verificar o estado do problema pesquisado, sob o aspecto teórico e de outros estudos e pesquisas já realizados (LAKATOS; MARCONI, 2003), possibilitando assim fundamentar todo o estudo, norteando a pesquisa realizada.

2.1 O Controle social e a participação da sociedade

O controle social resume-se na participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública.Costa (2009) assegura queo controle social abrange a capacidade que as classes subalternas, relutantes na sociedade civil, possuem para intervir na gestão pública, dirigindo as ações e os gastos do Estado no posicionamento dos seus interesses de classe, levando em consideração a construção de sua hegemonia.

Observa-se que o controle social é a interação dos cidadãos com o Estado na definição das prioridades do que vai ser feito com o orçamento disponível por um determinado período de tempo. Assim, a respeito da participação da sociedade, contemplada pela Constituição, Dallari (1996, p.13-51) conclui que:

> A participação popular prevista na Constituição Federal de 1988 é um princípio inerente à democracia, garantindo aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses. Possibilita-lhes, ainda, a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos.

A participação da sociedade é um importante mecanismo deprevenção à corrupção e de fortalecimento da cidadania. A participação popular é traduzida por meio da satisfação da necessidade do ser como indivíduo, grupo ou organização, de agir pelo método legislativo, administrativo ou judicial no apoio do interesse público.Destaca-se ainda que o controle social traz a garantia de que os recursos públicos sejam bem empregados em benefício da coletividade.

De acordo com Sacatena e Assis (2003) o controle social é consistido em vias institucionais de participação na gestão governamental, estando presentes indivíduos coletivos nos processos decisórios, onde não se confundem com os movimentos sociais que permanecem autônomos em relação ao Estado.

Entende-se que o controle social vem do gerenciamento das ações do Estado pela sociedade civil que tem o direito de participar dos processos de elaboração, implementação e fiscalização das políticas públicas, isso por meio de conselhos e comitês. Isso acarreta em uma distribuição justa dos recursos públicos, com um menor desperdícioe maior eficiência nos serviços prestados.

Por outro lado, a participação social refere-se à influência da população nas políticas públicas, decisões governamentais e serviços públicos.Segundo o arquivo publicado em 2008 pelo Ministério da Cidadania titulado como “Participação Social, uma evolução da democracia embenefício de todos!”:

> A Constituição Federal de 1988 garantiu a participação da sociedade na gestão de políticas e programas promovidos pelo Governo Federal - é o chamado controle social. Essa participação pode ocorrer por meio de diversos canais. Os mais comuns são os conselhos gestores de políticas públicas que atuam nos estados e municípios (Conselhos de Assistência Social, de Saúde, de Educação).

O mesmo texto publicado pelo Ministério da Cidadania cita as formas de participação social:

- No poder Legislativo os cidadãos são capazes de participar por meio do voto. Elegendo seus representantes o indivíduo está confiando a ele o papel de lutar pelos seus direitos de cidadão;
- No poder Judiciário a participação popular pode advir quando o cidadão é convocado a participar de um júri popular para julgar crimes dolosos contra a vida; e
- No poder Executivo a participação popular advém por meio dos conselhos e comitês gestores de políticas públicas.

Segundo o artigo 1º da Constituição Federal de 1988, o Brasil é um Estado Democrático de Direito e são fundamentos de nossa República a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, onde "todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição".

A participação e o controle social são direitos de todos garantidos na Constituição Federal, entretanto, apesar de estarem relacionadas, são coisas diferentes. Segundo o Ministério da Cidadania (2022) “a participação social visa ao diálogo entre a sociedade e o governo no processo decisório das políticas públicas, e o controle social permite que a sociedade fiscalize as ações do governo.”

Por fim, é observável que a democracia no Brasil é participativa, o que significa queos cidadãosalém de participarem por meio do voto também podem participar diretamente das

decisões de seu interesse. Sendo ouvida assim em situações como: plebiscitos, audiências públicas, conselhos de políticas públicas. Aproximando assim o cidadão da gestão pública e permitindo que o mesmo expresse sua opinião e contribua para o processo decisório na administração pública.

2.1.1 Programa Nacional de Educação Fiscal e Programa Estadual de Educação Fiscal

O Programa Nacional de Educação Fiscal foi criado como uma forma de promover e de institucionalizar a educação fiscal para o integral exercício da cidadania. Conforme o Documento Base do Programa Nacional de Educação Fiscal (2015) o programa PNEF sugere que:

> "A Educação Fiscal deve ser entendida como capaz de interpretar as várias teorias financeiras da arrecadação e dos gastos públicos, instigando o cidadão a aprender e entender o seu papel como contribuinte solidário e participativo que beneficia a todos, inclusive a ele próprio. Para que isso ocorra, deve-se estar consciente da importância da participação no acompanhamento da aplicação dos recursos públicos, ou seja, do controle social, que deve ser pautado na justiça, transparência, honestidade e eficiência, minimizando o conflito da relação entre o cidadão "contribuinte", e o Estado "arrecadador"."

É por meio do controle social que o cidadão se envolve com assuntos como as finanças públicas e o acompanhamento dos gastos, monitorando a atuação dos administradores públicos, gerando melhores resultados sociais. As ações são desenvolvidas pelas instituições gestoras das três esferas de governo, observando-se as diretrizes fixadas no PNEF (DOCUMENTO BASE DO PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL, 2015).

Segundo o mesmo documento base do PNEF (2015) os fundamentos se dividem da seguinte forma:

- Na educação, o exercício de uma prática educativa, na perspectiva de desenvolver um cidadão consciente, reflexivo e mobilizador, cooperando para a transformação social;
- Na cidadania, estimula o cidadão à participação individual e coletiva na definição de políticas públicas e na preparação de leis para sua execução;
- Na ética, fortalece comportamento responsável e solidária, que estime o bem comum;
- Na política, compartilha conhecimentos sobre gestão pública eficiente, eficaz e transparente quanto à captação, à alocação e à aplicação dos recursos públicos, com

responsabilidade fiscal, e destaque na definição de bem público como patrimônio da sociedade;

- No controle social, difunde conhecimento e instrumentos para que o cidadão possa operar no combate ao desperdício e a corrupção;
- Na relação Estado-Sociedade, prospera uma relação de confiança entre a administração pública e o cidadão, oferecendo-lhe um atendimento respeitoso e conclusivo, com destaque na transparência das atividades;
- Na relação Administração - Contribuinte, estimula aexecução voluntário das obrigações tributárias e o combate à sonegação fiscal, ao contrabando, ao descaminho e à pirataria, reforçando a necessidade de prestação de serviços públicos de qualidade;
- Na condução do PNEF, realiza práticas democráticas em integração permanente com todos os segmentos sociais, de forma a contribuir para que o Estado cumpra seu papel constitucional de reduzir as desigualdades sociais e ser instrumento de fortalecimento permanente do estado democrático de direito.

Algumas das bases do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF são a Constituição da República Federativa do Brasile leis e documentos oficiais que normatizam oControle Social e a Transparência pública. A sua estruturação funciona de maneira descentralizada, onde cada estado ou município tem autonomia para executar o programa, observadas as diretrizes nacionais, conforme as suas características sociais, econômicas, culturais e disponibilidades orçamentárias.

A missão do programa conforme o documento base do PNEF (2015) é “Compartilhar conhecimentos e interagir com a sociedade sobre a origem,aplicação e controle dos recursos públicos, favorecendo a participação social.”

Já as suas diretrizes estão dispostas em:

> • Estimular o exercício da cidadania com vistas à organização, mobilização e participação social no tocante às finanças públicas;
> • Ênfase na comunicação mobilizadora, visando o estabelecimento de vínculos de corresponsabilidade;
> • Ação de âmbito nacional e sua implementação deve envolver os três níveis de governo;
> • As ações do Programa devem ter caráter permanente, sendo recomendada a desvinculação de logomarcas e mensagens que caracterizem determinada gestão governamental, eliminando assim a possibilidade deutilização do programa com objetivos político-partidários;
> • O material didático do PNEF deve estar em consonância com as Diretrizes e Bases Curriculares Nacionais, respeitando-se a autonomia dasinstituições de ensino. Os conteúdos de educação fiscal deverão ser inseridos na teoria e na prática escolares;
> • Todo o material produzido, inclusive o didático, é propriedade do PNEFe deverá seguir as linhas de referências nacionais definidas neste documento e em

> documentos orientadores específicos, devendo haver socialização das experiências realizadas e distribuição do material produzido,vedada sua comercialização; e
> • O financiamento das ações do PNEF deve ser feito, prioritariamente,com recursos orçamentários, sem prejuízo de fontes alternativas. (PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FISCAL, DOCUMENTO BASE, 2015, p. 12-13).

Fica claro que o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF) abordaa percepção sobre a importância da arrecadação dos tributos e da adequada alocação dos recursos, tendo como objetivo a construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, beneficiando a participação cidadã em um controle social e fiscal efetivo, além de aprimorar a relação do Estado com a sociedade. É importante frisar ainda que o programa é comporto nas três esferas de governo por meio: do Grupo Nacional de Educação Fiscal – GEF; dos Grupos de Educação Fiscal Estaduais – GEFE; e dos Grupos de Educação Fiscal Municipais – GEFM.

2.1.1.1 O Programa Estadual de Educação Fiscal

O Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/RS faz parte do Programa Nacional de Educação Fiscal – PNEF, e é a somatização de iniciativas legais que buscam o fortalecimentoda cidadania fiscal no Rio Grande do Sul, está regulamentado na Lei 11.930/2003 e tem como objetivos (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022):

> I - prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos;
> II - levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação econtrole de gastos públicos;
> III - incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos;
> IV - criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão;
> V - promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

A cidadania fiscal está correlacionada à função social do tributo, de acordo com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul (2022) “não existe, em toda a sociedade, uma só pessoa que possa dizer que não precisa do Estado, ou que não é beneficiada com os recursos dos tributos.Todas as pessoas que consomem alguma coisa são contribuintes de tributos, porque eles estão embutidos no preço do produto.”. Dessa forma, organizar para o exercício ativo e qualificado da cidadania fiscal é a direçãode toda e qualquer ação requerida na Educação Fiscal.

Assim sendo, a cidadania fiscal é direito edever de todos os cidadãos e abrange todas as iniciativas que frisam qualificar a arrecadação, a aplicação e o controle social dos recursos arrecadados através dos tributos. Conforme as diretrizes nacionais do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF, cada Estado tem responsabilidade na implementação de ações, determinando suas estratégias de acordo com a realidade regional.

Conforme o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em 2020, dos 497 municípios gaúchos, 332 municípios já possuíam legislação própria de Educação Fiscal. O Programa de Educação Fiscal – PEF/RS é regulamentado pela Lei que "cria condições para estabelecer parcerias entre o Governo Estadual, Municípios, organizações públicas, órgãos da administração pública estadual, associações e outras entidades, para a inclusão e disseminação deste tema em todos os segmentos da sociedade." (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Segundo o art. 5º da Lei 11.930, de 23 de junho de 2003 criou-se o Grupo de Educação Fiscal Estadual - GEFE - constituído por representantes da Secretaria da Fazenda, sendo um dos quais na condição de coordenador-geral, e da Secretaria da Educação. Conforme o art. 6º da Lei 11.930, de 23 de junho de 2003, compete ao Grupo de Educação Fiscal Estadual - GEFE:

> I - planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação doPrograma no Estado;
> II - elaborar e desenvolver os projetos estaduais;
> III - buscar fontes de financiamento para implementar e executar o Programa no Estado;
> IV - buscar o apoio de outras organizações visando à implementação do PNEF;
> V - propor medidas que garantam a sustentabilidade do PNEF no Estado;
> VI - fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela Coordenação Nacional;
> VII - documentar, organizar e manter a memória do Programa no Estado, no âmbitodesua atuação;
> VIII - implementar as ações decorrentes de decisões do GEFE;
> IX - manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao PNEF noâmbito estadual;
> X - desenvolver projetos de integração estadual no PNEF;
> XI - estimular a implantação do Programa de Educação Fiscal no âmbito dosMunicípios, subsidiando tecnicamente e divulgando experiências bem-sucedidas;
> XII - manter permanente contato com o Conselho Estadual de Educação, estimulando ainserção curricular de Educação Fiscal na rede pública de ensino;
> XIII - elaborar e produzir material de divulgação local;
> XIV - prestar as informações solicitadas pelas instituições envolvidas na implementaçãodo Programa;
> XV - publicar até o dia 10 de março de cada ano, relatório informativo sobre oandamento do Programa, detalhando os resultados alcançados no ano anterior, em termos demetas atingidas e recursos aplicados.
> XVI - montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professoresenvolvidos no PNEF.

Fica claro que a implementação do Programa de Educação Fiscal promove e institucionaliza a educação fiscal para o pleno exercício da cidadania, levando conhecimento sobre administração pública ao cidadão e criando condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão. Logo após a contextualização do Programa Estadual de Educação Fiscal é necessário entender que cada município também tem suas singularidades e cada um pode e deve implementar seu Programa Municipal de Educação Fiscal.

2.1.2 Caracterização de gestão municipal e sua fiscalização

O município integra a Federação no Brasil, onde a autonomia políticoadministrativa está garantida pela Constituição de 1988, que dispõe sobre suascompetências e também disciplina suas relações com os referentes Estados-membros.Sobre esta questão Basso (1998, p.30) aborda que:

> Se a administração pública arrecada recursos junto à população, com o fim de devolvê-los sob forma de bens, serviços ou em investimentos e infraestrutura básico, nada mais democrático do que saber dela em que os recursos precisam ser aplicados. Em uma sociedade democrática, o governo privilegia a maioria da população e, para que isso ocorra, necessita de canais de comunicação e participação populares, não só para ouvir e decidir, mas também e ao mesmo tempo, para legitimar as decisões.

Conforme Blanchet (2006, p.39) a administração pública como objeto do Direito Administrativo,envolve as atividades de caráter decisório e executório destinadas ao atendimento direto, imediato e concreto das necessidades públicas. Os administradores públicos tem como dever de eficiência a necessidade de tornar cada vez mais qualitativa a atividade administrativa. Os fatores que qualificam a atividade pública e produzem maior eficiência no seu desempenho são: perfeição, celeridade, coordenação e técnica (CARVALHO FILHO, 2011, p. 62).

A administração pode ser considerada como a gestão ou o gerenciamento de uma instituição, empresa ou entidade coais de pessoas, que necessite ser administrada. “O termo gestão pode ser compreendido como sinônimo de administração. Administrar, por sua vez, constitui um processo complexo com diversas definições possíveis. Uma delas, e talvez a mais simples, é: executar de forma contínua e virtuosa o processo administrativo” (BERGUE, 2010, p. 17).

O principal objetivo da gestão é o crescimento, constituído pela empresa por meio do esforço humano organizado, pela equipe, com um objetivo especifico. A gestão ou governo

municipal é realizado através dos Poderes Executivo e Legislativo, que são a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, tendo suas funções específicas e divididas. Os dois poderes, por meio da divisão de funções, executam suas atribuições com independência entre si e em relação aos poderes e órgãos da União e dos Estados.

A ação dos municípios se desempenha sobre os seguintes campos, relacionados no artigo 30 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988):

> • legislar sobre assuntos de interesse local;
> • suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
> • instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suasrendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetesnos prazosfixados por lei;
> • criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
> • organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, osserviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que temcaráter essencial;
> • manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado,programas de educação infantil e de ensino fundamental;
> • prestar, com a cooperação técnica da União e do Estado, serviços deatendimento à saúde da população;
> • promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, medianteplanejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solourbano;
> • promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada alegislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

O Executivo Municipal possui capacidade genérica de organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, sendo exemplos de obras e serviços da competência municipal a limpeza pública, o fornecimento de água, a extensão de redes de esgotos e de iluminação pública, a prestação de serviços de saúde, de educação fundamental e transporte coletivo, a assistência social, a execução de obras de infraestrutura urbana entre diversas outras. A administração municipal é dirigida pelo Prefeito (chefe do Executivo local) o qual comanda, supervisiona e coordena os serviços de interesse do Município, auxiliado por Secretários Municipais, Coordenadores ou Diretores de Departamento, conforme a estruturação da Prefeitura e a maior ou menor desconcentração de suas atividades.

No ano de 2000, foi sancionada a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar Nº 101/ 2000), com o objetivo de estabelecer normas de finanças públicas aplicáveis a União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no que se refereao Poder Executivo e Poder Legislativo, neste compreendidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário, o Ministério Público.

Na Lei de Responsabilidade Fiscal segundo a referida lei (BRASIL, 2000):

> A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Segundo o autor Evelyn Levy, existem duas importantes armas contra o desperdício do dinheiro público. A primeira é a fiscalização e o controle popular que podem ser efetivados pela implementação de sistemas de prestação de contas por parte dos órgãos públicos, fazendo com que se tornem mais transparentes e constantes, compreendendo-se a criação de instituições especializadas para a estimativa das prestadoras de serviços, que exponham com instrumentos eficientes de medição, assim como do fortalecimento de projetos como o do orçamento participativo, que tem como alicerce o envolvimento direto da comunidade na adoção das prioridades e na destinação das verbas municipais. Já a segunda arma éinstigar a competição entre as prestadoras de serviços efetivados pelos setores públicos e privados, ampliando-se a descentralização dos mesmos (LEVY, 1997).

Outrossim, é necessário frisar a importância da comunidade, dos cidadãos na fiscalização das ações executadas pela gestão pública municipal. Essa participação é extremamente importante pois colabora para a adequada aplicação dos recursos públicos, fazendo com que as necessidades da sociedade sejam atendidas de maneira eficiente.

2.1.3 Caracterização do municípiode Taquaruçu do Sul

O município de Taquaruçu do Sul auferiu este nome devido aos descendentes de imigrantes de italianos naturais da região da Serra Gaúcha, Nova Palma, Ivorá e Faxinal do Soturno em 1919, que se alojaram no interior de Frederico Westphalen. Logo após avistaram uma fonte de água encoberta por taquaruçus, a partir daí este local passou a chamar-se Taquarussu (PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARUÇU DO SUL, 2022). Passados alguns anos, no dia 20 de dezembro de 1987 foi realizado o plebiscito, aprovando a sua emancipação. O município de Taquaruçu do Sul foi então criado pela Lei Nº 8.599/88, firmada pelo Governador do Estado no dia 09 de maio 1988. A sua instalação sucedeu no dia 01 de janeiro de 1989. Esta lei foi alterada pela Lei Nº 8.972, de 08 de janeiro de 1990, que retificou os limites com os municípios vizinhos e ajustou a sua área.

A seguir a Figura 01 ilustra o município de Taquaruçu do Sul atualmente:

FIGURA 01 – Município de Taquaruçu do Sul

FONTE: Site Prefeitura Municipal de Taquaruçu do Sul (2022)

Taquaruçu do Sul tem uma população total estimada de 3.072 pessoas segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019) e está localizada ao noroeste do estado do Rio Grande do Sul, limitando-se com: Palmitinho, Vista Alegre, Frederico Westphalen, Seberi e Erval Seco. Localiza-se a 420 km de distância da capital do estado. O seu perfil populacional é predominantemente rural onde cerca de 60% vive no meio rural, mostrando a forte organização de suas 19 comunidades no interior. Assim, seu perfil econômico segundo dados do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2019) é agropecuário, onde 1.182 pessoas vivem na zona urbana e 1.862 pessoas vivem na zona rural.

Por ser um município pequeno de extensão e de população acredita-se que o controle social seja facilitado, onde as informações e dados são melhor divulgados e entendidos, dado este que está afirmado na presente pesquisa.

2.1.3.1 Caracterização da fiscalização na gestão municipal de Taquaruçu do Sul

A fiscalização na gestão municipal de Taquaruçu do Sul possui incentivos, programas e leis que auxiliam a sua prática, onde a educação fiscal surge como um melhoramento na fiscalização. Resumidamente, cria-se em dezembro de 2012 o Decreto Municipal Nº 094 regulamentando a Lei Nº 1.208 de 16 denovembro de 2012, que dispõe sobre o sistema de controle interno do município. Segundo o Art. 1º do mesmo decreto, o Sistema de Controle Interno do Município de Taquaruçu do Sul, visa a avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos municipais, com as finalidades, atividades, organização, estrutura e competências estabelecidas.

Já no Art. 5º é citado que o Sistema de Controle Interno do Município prestará apoio ao órgão de controle externo, no exercício de sua função institucional, significando o apoio ao controle externo, fornecendo as informações e os resultados das ações do Sistema de Controle Interno do Município.No ano seguinteo Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF nasce, segundo o Art. 2º da Lei Municipal Nº 1.262, de 10 de julho de 2013, com os objetivos de:

> I - prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos;
> II - levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos;
> III - incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos;
> IV - criar condições para uma relação harmoniosa entre o Município e o cidadão;
> V - promover ações integradas de combate à sonegação fiscal.

O PMEF surge de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Educação Fiscal - PNEF e com o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/RS. De acordo com o Art. 3º o Programa é desenvolvido:

> I - pelas Secretarias da Fazenda e da Educação e Cultura, em ação integrada, junto aos corpos docente e discente das redes públicas Municipal e Estadual e da rede particular de ensino;
> II - pela Secretaria da Fazenda, junto:
> a) aos servidores públicos, da administração direta e indireta;
> b) à população em geral.

Além disso, fica criado o Grupo de Educação Fiscal Municipal - GEFM composto por representantes da Secretaria da Fazenda, da Secretaria da Educação e Cultura, sendo um deles na condição de coordenador, e outros órgãos da Administração Municipal. De acordo com o Decreto Municipal Nº 055, de 25 de julho de 2013 que aprova o regulamento do Programa Municipal de Educação Fiscal, compete ao Grupo de Educação Fiscal Municipal:

> I - Planejar, executar, acompanhar e avaliar as ações necessárias à implementação do Programa no Município;
> II - Elaborar e desenvolver os projetos municipais;
> III - Buscar fontes de financiamentos para implementar e executar o programa no Município;
> IV - Buscar apoio de outras organizações visando à implementação do PEFM (Programa de Educação Fiscal Municipal);
> V - Propor medidas que garantam a sustentabilidade do Programa de Educação Fiscal no Município;
> VI - Fornecer dados relativos ao Programa, solicitados pela coordenação Estadual;
> VII - Implementar, organizar e manter a memória do Programa no município, no âmbito de sua atuação;
> VIII - Implementar as ações decorrentes de decisões do Grupo de Educação Fiscal Municipal;
> IX - Manter constante monitoramento e avaliação das ações relativas ao programa no âmbito municipal;
> X - Desenvolver projetos de integração municipal;
> XI - Estimular a implantação do Programa de Educação no âmbito de todas as escolas, subsidiando tecnicamente e divulgando experiências bem sucedidas;
> XII - Elaborar e produzir material de divulgação local;
> XIII - Prestar informações solicitadas pelas instituições envolvidas no programa;
> XIV - Publicar, até o dia 10 (dez) de março de cada ano, relatório informativo sobre o andamento do programa, detalhando os resultados alcançados no ano anterior, em termos de metas atingidas e recursos aplicados;
> XV - Montar e alimentar a rede de capacitadores, disseminadores e professores no Programa Municipal.

Incentivando ainda mais os cidadãos da comunidade de Taquaruçu do Sul, cria-se o Decreto Municipal Nº 031, de 22 de maio de 2018 que homologa o regulamento da "Olimpíada da Educação Fiscal" do Programa Municipal de Educação Fiscal.Considerando proporcionar conhecimento sobre a educação fiscal para os alunos e a comunidade escolar em relação aos direitos e deveres do cidadão no referente a origem e o destino dos tributos pagos. Além de promover o conhecimento em relação as fontes de arrecadação do município e que influenciam espontaneamente nos investimentos públicos de melhoria de qualidade de vida do cidadão, promovendo também atitudes de conscientização sobre o dever de todo cidadão de zelar os órgãos públicos.

Recentemente foi criada a Lei Municipal Nº 1.777, de 22 de março de 2021 que reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB. Competindo ao Conselho segundo o At. 8º:

> I - elaborar seu regimento interno;
> II - acompanhar e controlar a repartição, transferência e aplicação dos recursos do Fundo;
> III - supervisionar a realização do Censo Educacional Anual e a elaboração da proposta orçamentária anual, com o objetivo de concorrer para o regular e

> tempestivo tratamento e encaminhamento dos dados estatísticos e financeiros que alicerçam a operacionalização do Fundeb;
> IV - examinar os registros contábeis e demonstrativos gerenciais mensais, atualizados, relativos aos recursos repassados e recebidos à conta do Fundo, assim como os registros referentes às despesas realizadas;
> V - elaborar parecer das prestações de contas a ser apresentada pelo Município ao Tribunal de Contas do Estado;
> VI - acompanhar a aplicação dos recursos federais transferidos à conta do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE e do Programa de Apoio aos Sistemas de Ensino para Atendimento à Educação de Jovens e Adultos e, ainda, receber e analisar as prestações de conas referentes a esses Programas, formulando pareceres conclusivos acerca da aplicação desses recursos e encaminhando-os ao Fundo de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Os projetos e programas que executados, trazem maior conhecimento e informações aos alunos, concretizando a sua participação como sociedade na fiscalização e no controle das despesas públicas da gestão municipal, intensificando o controle social sobre a Administração Pública em Taquaruçu do Sul.

Por fim, fica claro a importância que a gestão pública de Taquaruçu do Sul têm para com a sua fiscalização, incentivando o controle social aos seus cidadãos, podendo à quem quiser ter acesso às informações oriundas Administração Pública municipal. Frisando que o tema da pesquisa é relacionado à importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

3 METODOLOGIA

A metodologia é o estudo dos métodos, principalmente dos métodos das ciências, para se buscar determinadoconhecimento, sendo utilizada na investigação da verdade. Segundo Barros e Lehfeld (2007, p. 02) a metodologia:

> É a aplicação do método, por meio de processos e técnicas, que garante a legitimidade cientifica do saber obtido. A metodologia é, pois, o estudo da melhor maneira de abordas determinados problemas no estado atual de nossos conhecimentos. Não procura soluções, mas escolhe maneiras de encontra-las, integrando o que se sabe a respeito dos métodos em vigor nas diferentes disciplinas científicas ou filosóficas.

Sendo assim, a metodologia foi de grande importância na construção e no atingimento das metas do presente estudo, o qual trata da importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

3.1 Método de pesquisa

O método de pesquisa é a forma do estudo, segundo Severino (2007, p. 117) “A ciência se constitui aplicando técnicas, seguindo um método e apoiando-se em fundamentos epistemológicos”. Por outro lado, a pesquisa é: “Uma atividade humana, honesta, cujo propósito é descobrir respostas para as indagações ou questões significativas que são propostas (TRUJILLO FERRARI, 1982, p. 167)”. Assim sendo, para a realização de uma pesquisa é imprescindível que o pesquisador tenha uma maneira de chegar ao conhecimento, um método ou procedimento, para fazer-se ciência. A seguir estão aludidos os métodos que foramempregados no desenvolvimento do estudo em questão.

3.1.1 Fontes de pesquisa

As fontes de pesquisa também chamadas de dados de pesquisaclassificam-se em primárias e secundárias, são, por exemplo, essenciais na construção do projeto de pesquisa e do trabalho de conclusão de curso.

As fontes primárias são compostas por obras ou textos originais, onde por muitas vezes trata-se do primeiro registro de alguma informação. Constitui-se de exemplos como: documentos fotográficos, desenhos, pinturas, livros, periódicos, relatórios técnicos, teses, dissertações, trabalho de conclusão de cursos, normas técnicas, etc. Nesta pesquisa foram usados livros, periódicos, internet, etc., sendo estes de suma importância para que exista a compreensão da importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

As fontes secundárias conforme Campos e Campelo (1988, p. 16), "têm a função de facilitar o uso do conhecimento disperso nas primárias. [...] Apresentam a informação filtrada e organizada de acordo com um arranjo definido". São exemplos de fonte secundária: bases de dados, centros de pesquisae laboratórios, vídeos, fontes históricas, Internet, arquivos e coleções científicas, tabelas, etc. A maioria dos exemplos citadosforam utilizados na realização da pesquisa em relação à importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

3.1.2 Quanto à abordagem

A abordagem da pesquisa é qualitativa e quantitativa.Segundo Greenhalgh e Taylor (1997), a pesquisa qualitativa "É o estudo de temas no seu cenário natural, buscando interpretá-los em termos do seu significado assumido pelos indivíduos; para isso, usa uma abordagem holística, quepreserva a complexidade do comportamento humano."Strauss e Corbin (1998, p.10-11) conceituam pesquisa qualitativa como:

> qualquer tipo de pesquisa que produz descobertas não obtidas por procedimentos estatísticos ou outros meios de quantificação. Pode se referir à pesquisa sobre a vida das pessoas, experiências vividas, comportamentos, emoções, sentimentos, assim como funcionamento organizacional, fenômenos culturais e interações entre as nações (...) e a parte principal da análise é interpretativa.

Na pesquisa qualitativa seus dados não podem ser quantificados, esse tipo de pesquisa retrata por meio de relatórios originários principalmente de conversas informais onde os fatos são comentados livremente. As informações coletadas na pesquisa são estudadas pelo pesquisador que chegará a uma conclusão.Os pesquisadores qualitativos estudam coisas em seu cenário natural, compreendendo e interpretando o fenômeno em termos de quais as definições que as pessoas atribuem a ele (DENZIN E LINCOLN, 2000).

Segundo Chizzotti (2001, p. 78): “A pesquisa qualitativa é uma designação que abriga correntes de pesquisas muito diferentes. Em síntese, essas correntes se fundamentam em alguns pressupostos contrários ao modelo experimental e adotam métodos e técnicas de pesquisa diferentes dos estudos experimentais”. Sendo assim,deu-se qualidade à pesquisa realizada, obtendotangibilidade dos dados e observações, esclarecendo importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

A pesquisa quantitativa emprega técnicas estatísticas para quantificar opiniões e informações deacordo com o estudo determinado. “As análises quantitativas são muito divulgadas e, nesse sentido, sua planificação geralmente necessita de menos explicações que as análises qualitativas” (CONTANDRIOPOULOS, 1994, p. 90).

Na pesquisa quantitativa corresponde-se tudo aquilo que pode ser mensurado e quantificado, sendo representada em números as informações, para logo após se fazer a análise dos dados e chegar a uma conclusão.

Segundo Diehl (2004, p. 51):

> “Pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo uso da quantificação tanto na coleta quanto no tratamento das informações por meio de técnicas estatísticas, desde os mais simples, como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc., com o objetivo de garantir resultados e evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando uma margem de segurança maior quanto às informações.”

Dessemodo, na pesquisa quantitativa são empregados como exemplo os questionários com objetivos precisos, permitindo ao pesquisador a identificação fácildos elementos postos pelo objeto de estudo, onde as informações captadas são mensuráveis e voltadas para o resultado. Os dados quantitativos tiveram grande importância na pesquisa, pois eles elucidaram dados numéricos capazes de serem interpretados e transformados em informações tangentes para o entendimento do tema relacionado à importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

3.1.3 Quanto a sua natureza

Este estudo se torna uma pesquisa aplicada quanto a sua natureza, compreendendo verdades e interesses locais, com o desígnio de acarretar conhecimento e análise de dados, trazendo solução para os problemas específicos da pesquisa.

3.1.4 Quanto aos seus objetivos

Quanto aos seus objetivos esta pesquisa se torna exploratória, descritiva e explicativa.A pesquisa exploratória é efetivada sobre o problema da pesquisa que geralmente são temas com pouco ou nenhum estudo anterior. O seu objetivo é procurar padrões, ideias ou hipóteses, realizando descobertas.

Severino (2007, p. 123) alega que "A pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto. Na verdade, ela é uma preparação para a pesquisa explicativa.". Existindo assim a exploração de dados sobre a importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul, descobrindo informações e dados com objetivo de servir de base para quem possa se interessar sobre a importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal, além dos benefícios trazidos para a sociedade em geral.

Na pesquisa descritiva é realizada a descrição de características e padronização de coleta de dados,apenas descrevendo os fenômenos, sem os explicar. Para o autor Gil (1991) esse tipo de pesquisa propõe descrever as características de determinado fenômeno ou população ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Frisam ainda a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados que são: questionário e observação sistemática, assumindo a maioria das vezes a forma de Levantamento. A pesquisa descritiva é utilizada em diferentes modalidades de fontes, realizada a partir de documentos, levantamentos e abordagens de campo. Como exemplo: questionário, análise de documentos e levantamento de dados.

Em relação à pesquisa explicativa Severino (2007, p. 123) cita que "é aquela que, além de registrar e analisar os fenômenos estudados busca identificar suas causas, seja através da aplicação do método experimental/matemático, seja através da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos". A pesquisa explicativa procura compreender as causas e efeitos de determinado fenômeno e seu objetivo busca a identificação de suas causas. Dessa forma, a pesquisa explicativa foi usada no estudo na explicação da importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

3.1.5 Quanto aos procedimentos

A coleta de dados foi realizada por meio de revisão bibliográfica, conversas informais e questionário. A revisão bibliográfica envolveu livros, teses, dissertações, periódicos, revistas

e jornais, entre outros, tendo como objetivo estabelecido levantar dados para fundamentar conteúdos referentes à fiscalização da gestão pública, ao problema e aos objetivos estudados nesta pesquisa.Foi estudado, verificado e analisado o histórico da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul, percebendo assim como o envolvimento atual dos cidadãos se dá atualmente e contribuindo para novas investigações sobre o tema e o entendimento sobre o controle social.

Para Lakatos e Marconi (2001, p. 183), na pesquisa bibliográfica, “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”. Este tipo de pesquisa édesenvolvidopor meio de materiais já elaborados e publicados em relação ao tema estudado, e é desenvolvidaatravés de livros e artigos científicos.

> A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses, etc. utiliza-se dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos. (JOAQUIM ANTÔNIO SEVERINO, 2007, p. 122).

Pode-se dizer que todo trabalho científico precisa ter base na pesquisa bibliográfica,pois gera uma grande contribuição por meio de materiais já existentes. Assim,a pesquisa bibliográfica foi usada no estudo em relação à importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal de Taquaruçu do Sul para que exista a compreensão do controle social na esfera municipal, estadual e federal.

3.1.6 Observação direta extensiva

A observação direta extensiva é efetivada, como exemplo, por meiodo questionário, permitindo coletar dados através de uma série de perguntas respondidas, exigindo um pré-teste antes de ser aplicado de fato.

O questionário é formado por um conjunto de perguntasonde objetivou-se a obtenção de dados e informações necessárias com o objetivo em concreto estabelecido desde o projeto de pesquisa.Consente o anonimato das respostas, são fáceis de ministrar e não sujeita os pesquisados à influência do pesquisador.

Para Marconi & Lakatos (1996, p. 88) o questionário é uma ferramenta de coleta de dados onde existe uma “[...] série ordenada de perguntas, respondidas por escrito sem a

presença do pesquisador”. O questionário esclarece dúvidas a respeito do que a população pensa sobre determinado tema, dessa formao pesquisador tem respostas verdadeiras que são coletadas e analisadas, deparando determinados resultados como objetivo principal desta ferramenta. Sendo assim, aplicou-sequestionário para o Prefeito, Secretário da Administração, Grupo de Educação Fiscal Municipal, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educaçãodo município de Taquaruçu do Sul, objetivando entender melhor como ocorre o controle social no local, onde deu-se maior concretude ao estudo.

O questionário foi enviado para o comitê de ética e após a sua aprovação ele foi aplicado, servindo de complemento crucial à pesquisa realizada. As perguntas do questionário foram abertas possibilitando aos questionados darem seu depoimento em relação ao controle social e a sua importância.

3.2 Método de trabalho

O método é a explicação exata do desenvolvimento do trabalho de pesquisa, explicando o tipo de pesquisa, os instrumentos empregados, as formas de tabulação e tratamento dos dados, enfim, tudo o que foi usado na pesquisa.

A análise dos dados qualitativos obtidos durante as conversar informais e questionáriofoi realizada por meio de leitura crítica. Por meio da análise foramidentificados os pontos que fazem jus a uma maior atenção eque devem sermonitorados de melhor forma por parte da gestão pública municipal e de seus munícipes.

Os dados quantitativos obtidos a partir da tabulação do questionárioforamdesmembrados e analisados conforme oacondicionamento do questionário, sendo inicialmente analisado os aspectos relacionados ao perfil da população estudada.

A seguir se encontram os objetivos específicos e as ferramentas executadas no atingimento dos mesmos:

Identificaçãodas políticas públicas existentes e necessárias para a fiscalização da gestão municipal:foram pesquisadas e esmiuçadas as leis e incentivos presentes no município relacionados à fiscalização da gestão municipal, além de todo e qualquer dado relevante ao controle social de Taquaruçu do Sul que incrementou a pesquisa.

Ponderamento das formas de melhoramento na fiscalização da gestão municipal:foram buscados dados e informações por meio de conversas informais, observação e aplicação de questionário. Estas ferramentas foram essenciais para a coleta de dados necessários os quais

auxiliaram no desenvolvimento e resultado da pesquisa. Depois de analisado os dados e informações encontradas foi facilitado o trabalho de encontrar e ponderar as formas de melhoramento na fiscalização da gestão municipal de Taquaruçu do Sul.

Compreensãoda importância da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão pública municipal: foi estudado e analisado todo o conteúdo obtido para a pesquisa, podendo através da interpretação dos dados e informações compreender a importância do controle social.Além disso, também pode ser usado de base para outros municípios e à quem se interessar à entender e implantar ações na evolução da participação da sociedade como fiscalizadora na gestão municipal.

4 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi capaz de gerar os resultados da pesquisa, pois ela é o processo da formação de sentido do estudo, concretizando e interpretando o que as pessoas disseram e o que o pesquisador viu e leu.Conceitua-se que “A análise tem como objetivo organizar e sumariar os dados de tal formaque possibilitem o fornecimento de respostas ao problema propostopara investigação” (Gil, 1999, p. 168).Assim sendo, a análise dos dados é a constatação do estudo.

É essencial analisar que o Programa Nacional de Educação Fiscal (PNEF)foi criado para a construção de uma consciência voltada ao exercício da cidadania, sendo comporto nas três esferas de governo por meio: do Grupo Nacional de Educação Fiscal – GEF; dos Grupos de Educação Fiscal Estaduais – GEFE; e dos Grupos de Educação Fiscal Municipais – GEFM.

A fiscalização na gestão municipal de Taquaruçu do Sul possui incentivos, programas e leis que auxiliam a sua prática. Em dezembro de 2012 cria-se o Decreto Municipal Nº 094 regulamentando a Lei Nº 1.208 de 16 de novembro de 2012, que dispõe sobre o sistema de controle interno do município. O mesmo visa a avaliação da ação governamental e da gestão dos administradores públicos municipais. No ano seguinte o Programa Municipal de Educação Fiscal - PMEF nasce, segundo o Art. 2º da Lei Municipal Nº 1.262, de 10 de julho de 2013, com objetivos como prestar informações aos cidadãos quanto à função socioeconômica dos tributos; levar conhecimentos aos cidadãos sobre administração pública, alocação e controle de gastos públicos; e incentivar o acompanhamento pela sociedade da aplicação dos recursos públicos.

O PMEF de acordo com o Art. 3º é desenvolvido pelas Secretarias da Fazenda e da Educação e Cultura, em ação integrada, junto aos corpos docente e discente das redes públicas Municipal e Estadual e da rede particular de ensino; pela Secretaria da Fazenda, junto aos servidores públicos, da administração direta e indireta; à população em geral. Além disso, foi criado em 2013 o Grupo de Educação Fiscal Municipal – GEFM. Por esses fatos, pretendeu-se aplicar o questionário para as funções pré-determinadas.

Anos depois cria-se o Decreto Municipal Nº 031, de 22 de maio de 2018 que homologa o regulamento da "Olimpíada da Educação Fiscal" do PMEF. Considerando proporcionar conhecimento sobre a educação fiscal para os alunos e a comunidade escolar

envolvida em relação aos direitos e deveres do cidadão no referente a origem e o destino dos tributos pagos.

Recentemente foi criada a Lei Municipal Nº 1.777, de 22 de março de 2021 que reestrutura o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - CACS FUNDEB.

Segundo a plataforma digital do Jornal O Alto Uruguai (2022) a Secretaria de Educação, juntamente com o Grupo de Educação Fiscal Municipal (GEFM) e equipes diretivas das escolas municipais e estadual de Taquaruçu do Sul, organizaram em setembro deste mesmo ano um momento de cultura e valorização da tradição gaúcha. Aproveitando o espaço, realizaram diversas atividades relacionadas ao Programa de Educação Fiscal nas escolas, onde foi entregue a premiação aos alunos vencedores do Concurso Consciente para o Desenvolvimento do Município, no qual participaram os alunos do Pré B, 1º ao 5º ano das escolas participantes.

Já em outubro deste ano, foi realizada em Taquaruçu do Sul, mais uma edição do Seminário Regional de Educação Fiscal, onde participaram do evento representantes de 30 municípios da região. Abordou-se assuntos relacionados as boas práticas em educação fiscal e a importância de fortalecimento do Programa Nota Fiscal Gaúcha. Um dado importante trazido neste evento é de que cada município que participou do seminário acumulou pontos junto ao Programa de Integração Tributária do Estado (PIT), podendo receber um valor adicional de R$ 3.200,00 para o orçamento do próximo ano (JORNAL O ALTO URUGUAI, 2022).

São diversos programas oferecidos às escolas de Taquaruçu do Sul relacionados à educação fiscal, muitos são criados pelo governo federal, outros pelo estado, alguns pelo próprio município e escolas, e existe também os programas que são oferecidos por cooperativas de crédito.Acredita-se que todo projeto é bem-vindo, assim como aqueles que já são executados, trazendo maior conhecimento e informações aos alunos, concretizando a sua participaçãocomo sociedade na fiscalização e no controle das despesas públicas da gestão municipal, intensificando o controle social sobre a Administração Pública em Taquaruçu do Sul.

Analisando o resultado da pesquisa, conforme as respostas obtidas pelo questionário, nota-se que a participação da sociedade no controle da Administração Pública é fundamental no acompanhamento e verificação das ações realizadas pela mesma. Torna-se necessário que a comunidade participe mais ativamente da tomada de decisões e das reuniões dos conselhos,

opinando, sugerindo, criticando e votando. Dessa forma, é essencial que se intensifique a participação da comunidade, até porque muitos cidadãos desconhecem a importância dessa participação.

Pretendeu-se aplicar o questionário ao Prefeito e Secretário da Administração, Grupo de Educação Fiscal Municipal, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Porém, houve o retorno de 05 questionários respondidoscom as seguintes funções descritas nos respectivos questionários: Secretaria Municipal da Fazenda, Grupo de Educação Fiscal Municipal,Diretora da Escola Municipal, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Estes questionários foram analisados da forma estabelecida pelo projeto de pesquisa e seus resultados estão apresentados no presente estudo.

A análise dos dados obtidos por meio do questionário fora essencial para o entendimento da importância da participação da sociedade como controladora das ações feitas pela Administração Pública, sendo que nesse estudo frisou-se o município de Taquaruçu do Sul.Todos os questionados destacaram a importância da participação da comunidade como fiscalizadora no controle das despesas públicas na gestão municipal, e mostraram a preocupação em aumentar ainda mais essa participação, pois ela ainda é pouco entendida por parte dos cidadãos.

Ficou claro que juntamente com os órgãos de controle, a sociedade possui o direito de acompanhar, questionar e aferir as políticas de governo para que estas aconteçam de acordo com a legalidade e a moralidade pública de modo a promover a transparência e a paz social. Pois, dessa forma é possível saber como e onde estão sendo investidos os recursos, porém, parte da população não compreende esse controle e acaba não participando como fiscalizadora.

No quesito da importância da participação da sociedade como fiscalizadora no controle das despesas públicas na gestão municipal os questionados frisaram a importância da participação da sociedade e o quanto isso contribui para a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos. Além disso, a ação fiscalizadora da sociedade na despesa pública remete à importância que o princípio da transparência tem ao se tratar do assunto. Outro fator importante é que apenas o acesso à informação não é o suficiente para a garantia real da participação social, pois a falta de entendimento sobre as informações prestadas e o

desconhecimento de como agirdiante às repartições públicas, promovem o desinteresse social nessas informações.

A importância da participação da sociedade como fiscalizadora no controle das despesas públicas na gestão municipal contribui para a correta aplicação dos recursos públicos, fazendo com que as necessidades da sociedade sejam atendidas de forma eficiente. Também colabora na prevenção da corrupção, fortalece as instituições ecausa legitimidade às escolhas governamentais, além da participação na formulação e no acompanhamento da implementação de políticas.

Quando os mecanismos de participação da sociedade são aperfeiçoados a democracia avança. Exemplifica-se que a participação ativa dos cidadãos na gestão pública pode intervir na tomada da decisão administrativa, instruindo a Administração Pública para que adote medidas que atendam ao interesse público, e também exercendo o controle sobre a ação do Estado, exigindo que os gestores públicos prestem contas de tudo aquilo que gastam, sendo acima de tudo transparentes. Ressaltando que a participação da sociedade é um direito garantido pela Constituição Federal fortalecendo a cidadania e a melhoria do desempenho da Administração Pública, tendo como objetivo de reduzir falhas e zelar pelos interesses da própria sociedade.

Na Questão 03 foi interrogado como ocorre o controle social sobre a Administração Pública do município de Taquaruçu do Sul, para a Secretária Municipal da Fazenda “o controle social acontece a partir do momento em que os cidadãos interagem na definição das prioridades com o orçamento disponível para o exercício seguinte. Em Taquaruçu do Sul, são realizadas audiências públicas para definir onde serão destinados os recursos da Administração Pública”. Outro ponto exposto foi sobre a participação da população na fiscalização municipal que fica restrita aos documentos e informações que não possuam dados sensíveis/pessoais, como as normas que regulam a atividade fiscalizadora, os direitos e deveres dos cidadãos e a motivação dos atos administrativos cometidos. Nesse sentido a publicidade dos atos serve para que os cidadãos tenham o conhecimento necessário para interagir com a atividade fiscalizadora do Estado.

Analisando a mesma Questão de número 03, orespondente e representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educaçãode Taquaruçu do Sul citou:

> “[...] acredito que todos os recursos destinados tem o poder de decisão dos conselhos, para estabelecer suas necessidades, interesses e controlar a execução destas políticas. Observa-se que a aplicação dos índices estabelecidos na Constituição Federal, tanto na saúde como na educação, no município de Taquaruçu são sempre acima dos exigidos, demonstrando que há um comprometimento maior nessas áreas.

Além disso, destaca-se que segundo os respondentes também existe atualmente uma funcionária efetiva que realiza a função de controle interno, a qual fiscaliza a gestão, sugere e procura orientar para fazer um trabalho eficaz e transparente.

A questão subsequente referia-se à quais as políticas de incentivo à participação da sociedade na Gestão Pública existem no município de Taquaruçu do Sul. O representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura citou que existem em todas as secretarias conselhos onde são realizadas reuniões periódicas para a aprovação de ações que decorram em benefício da população, da mesma forma para discutir assuntos importantes e que carecem da atuação dos conselheiros. Para a mesma “É uma forma de a sociedade civil estar em consonância com o poder público, sugerindo, opinando e trazendo as demandas da população”.

O respondente integrante do Conselho do FUNDEBcitou a elaboração da LDO (Lei das Diretrizes Orçamentária); Orçamento Participativo e PPA (Plano Plurianual); LOA (Lei Orçamentária Anual), audiências públicas, associações instituídas e conselhos deliberativos e consultivos. Foi também citado pelo respondente do Grupo de Educação Fiscal Municipal, a importância do grupo de educação fiscal que traz a cultura de cidadania tributária para crianças e adolescentes em idade escolar.

Sobre a Questão 05 que pede quais as formas de melhoramento na fiscalização da gestão municipal que o respondente acredita que podem ser incrementadas foi citado que atualmente conforme determina a Lei de Responsabilidade Fiscal a gestão municipal de Taquaruçu do Sul conta com o Portal da Transparência, além da divulgação nas redes sociais e mídias locais.

Para a Secretaria Municipal da Fazenda como forma de melhorar a fiscalização podem ser realizadas reuniões com a sociedade para divulgar o que já foi realizado e os projetos futurosa serem implantados. Usar a tecnologia por meio de aplicativo que informe a arrecadação e os investimentos públicos.

Conforme o representante respondente do Grupo de Educação Fiscal Municipal Fiscal (2022):

> Maior participação dos conselhos municipais e a realização de consultas populares para auxiliar o gestor na tomada de decisões que importem em despesas públicas. Dessa forma, acredito que a participação da população na tomada de decisões sobre o uso dos recursos públicos traga maior participação na fiscalização. Da mesma forma que a educação fiscal promovida nas escolas virá a refletir em cidadãos mais conscientes quanto a atividade estatal.

Para o representante do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação se todos os Conselhos Municipais criados realizassem com responsabilidade e eficiência, as atribuições que lhes cabe, com certeza a fiscalização seria ainda maior.

Outra indagação era se o respondente acredita que a educação fiscal tem contribuído para qualificar a fiscalização da gestão pública municipal. Para a Secretaria Municipal da Fazenda (2022) a resposta foi:

> Sim, uma vez que a Educação Fiscal está inserida no meio escolar, o tema propõe disseminar informações e conceitos sobre gestão fiscal, favorecendo a compreensão e a participação social nos processos de geração, aplicação e fiscalização dos recursos públicos. A educação fiscal favorece a compreensão da importância da arrecadação de tributos, fazendo o cidadão entender que é agente financiador das políticas públicas.

A Diretora da Escola Municipal destacou que é por meio do trabalho de conscientização das crianças e adolescentes que futuramente se tem adultos mais bem preparados e informados do seu papel de cidadão. Os demais respondentes também responderam que “sim” a educação fiscal contribui para a qualificação da fiscalização da gestão pública de Taquaruçu do Sul, sendo que a educação fiscal promove o crescimento da sociedade consciente sobre os processos que envolvem a arrecadação e o uso dos tributos, mitigando cada vez mais o uso indevido dos recursos. Além disso, os munícipes estão mais conscientes de pedir a Nota Fiscal de suas compras no comércio, entendendo que com essa atitude, o retorno arrecadado é em prol da própria população.

Foi frisado ainda que o tema Educação Fiscal trabalhado nas escolas vida mobilizar as pessoas na compreensão da função socioeconômica dos tributos e como eles são convertidos em benefícios para a própria sociedade. Educando os estudantes se tem a oportunidade de formar cidadãos críticos, conscientes e responsáveis, capazes de intervir e alterar a realidade social.

A Questão 07 pedia se a Administração tem buscado dar maior transparência a suas ações, através de quais instrumentos. Nesse quesito todos tiveram respostas praticamente

iguais, citando que a Administração vem usando a internet, através das redes socias (site da prefeitura municipal, Instagram, Facebook), bem como a imprensa escrita e falada para a divulgação das ações como programa de rádio e murais de exposição na própria prefeitura. Além disso, existe oPortal da Transparência, reunião nas comunidades e nos conselhos. O respondente representante do Grupo de Educação Fiscal Municipalcitou:

> Entendo que, além do portal de transparência, os meios digitais e as redes sociais são um grande aliado na divulgação dos usos da verba pública. Tenho acompanhado as publicações nesse meio acerca de bens e serviços adquiridos pela Administração, as atividades desenvolvidas e os benefícios à população que a atividade Estatal tem proporcionado. Vejo, como cidadão, que esse meio de comunicação da Administração com os administrados tem maior efeito de publicização perante a população do que os meios tradicionalmente utilizados (diário oficial, jornais, mural de publicações oficiais...).

Por último, foi questionado se a sociedade tem valorizado os instrumentos de participação que tem sido oferecido pela Administração Municipal. Para a Secretaria Municipal da Fazenda "A administração municipal conta com a participação da sociedade civil nos conselhos municipais os quais contribuem nas tomadas de decisões, porém não participam nas audiências públicas quadrimestrais, por exemplo, onde podem acompanhar a arrecadação e aplicação dos recursos". No mesmo viés o representante do Grupo de Educação Fiscal Municipal citou que é difícil afirmar, pois tem observado certa relutância da sociedade na participação em conselhos municipais "e mesmo aqueles que se esforçam para participar, em não raros casos, acabam não comparecendo nas reuniões por conta de compromissos de trabalho e pessoais".

Ainda sobre a última questão feita aos respondentes, a Diretora da escola municipal diz acreditar que a sociedade tem valorizado os instrumentos de participação que tem sido oferecido pela Administração Municipal dando o exemplo de que as pessoas se mostram interessadas nos canais de divulgação do município. Já para o respondente integrante do Conselho do FUNDEB a resposta foi de que em grande parte, sim, a sociedade tem valorizado os instrumentos de participação, mas ainda se observa um público que não participa.O representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura diz acreditar que sim, pois sempre têm pessoas interessadas em procurar nos canais de divulgações, informações referentes à Prefeitura Municipal.

Observou-se que os programas executados em Taquaruçu do Sul, relacionados à educação fiscal, são extremamente essenciais para o maior conhecimento e informações aos alunos, além do que os mesmos transmitem seu conhecimento em casa com a família,

concretizando a sua participação como sociedade na fiscalização e no controle das despesas públicas da gestão municipal, intensificando o controle social sobre a Administração Pública do município. Já o questionário foi capaz de esclarecer como ainda a sociedade pode participar mais ativamente nas questões dos gastos públicos, não só observando, mas exigindo e pondo em prática ações de responsabilidade fiscal.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi abordado a importância da participação da sociedade como controladora das ações feitas pela Administração Pública do município de Taquaruçu do Sul-RS.Baseado na observação e no questionário aplicado, todos os questionados destacaram a importância da participação da comunidade como fiscalizadora no controle das despesas públicas na gestão municipal, e mostraram a preocupação em aumentar ainda mais essa participação, pois ela ainda é pouco entendida por parte dos cidadãos.

Como resultados, concluiu-se que os munícipes devem participar ainda mais como fiscalizadores das despesas públicas na gestão municipal e que já é disponibilizado programas e áreas de acesso destinados à fiscalização que podem ser acessados por qualquer pessoa. Como consequência do incentivo à participação da sociedade, o controle das despesas públicas é melhor gerenciado.

Os projetos relacionados ao controle das despesas públicas trazem maior conhecimento e informações aos cidadãos e aos alunos os quais são em maior número inseridos nos programas, concretizando a sua participação como sociedade na fiscalização e no controle das despesas públicas da gestão municipal, intensificando o controle social sobre a Administração Pública em Taquaruçu do Sul.

Os programas executados em Taquaruçu do Sul, relacionados à educação fiscal, são extremamente essenciais para o maior conhecimento e informações aos alunos, além do que os mesmos transmitem seu conhecimento em casa com a família, intensificando o controle social sobre a Administração Pública do município. Já o questionário foi capaz de esclarecer como ainda a sociedade pode participar mais ativamente no que é relacionadoaos gastos públicos, não só observando, mas exigindo e pondo em prática ações de responsabilidade fiscal.

O estudo alcançou os objetivos propostos e foi capaz de identificar, ponderar e compreender a importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul. De maneira geral, esta pesquisa oferece como contribuição à sociedade uma proposta de reflexão sobre a importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal.

Obteve-se uma análise consistentesobre o controle das despesas públicas e o quanto isso contribui para a destinação correta do dinheiro público. Recomenda-se que em novos

estudos as questões municipais sejam esmiuçadas, além de apresentar dados quantitativos, podendo pender também para estudos referentes à micro regiões ou por estados. Sugere-se, por fim que, em pesquisas posteriores a quem se interessar em buscar dados qualitativos e quantitativos já compilados e aprofundar o estudo com base em questionários à um grupo específico de pessoas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Marluce Maria A. SACATENA, Tereza Cristina. **O Controle Social e a Democratização da Informação:** Um Processo em Construção. Disponível em: www.revistas.usp.br/rlae/article/download/1779/1824. Acesso em: 11 abr. 2022.

BARROS, Aidil J. S: LEHFELD, Neide A. de S. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Campos. 2007.

BASSO, Lauri. **Planejamento Municipal:** um estudo do processo de elaboração do plano plurianual de um grupo de prefeituras gaúchas.Ijuí: Ed. Unijuí, 1998.

BERGUE, Sandro Trescastro. **Gestão de pessoas em organizações públicas.** 3 ed.rev. e atual. Caxias do Sul: Educs, 2010.

BLANCHET, Luiz Alberto. **Curso de direito administrativo.** 5 ed. Curitiba: Juruá, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL, **Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

BRASIL, **Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001.** Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências.

BRASIL, **Lei Federal Nº 10.683, de 28 de maio de 2003.** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

BRASIL, **Lei nº 5.172, de 25 de Outubro de 1966.** Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e Institui Normas Gerais de Direito Tributário Aplicáveis à União, Estados e Municípios.

CAMPELLO, Bernadete Santos, CAMPOS, Carlita Maria. **Fontes de informação especializada:** características e utilização. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1988.

CAPES. **Especialização emGestão Pública Municipal**. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401286/1/GestaoDemocraticaParticipativa_GPM%203ed%20WEB%20atualizado.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo.** 24. ed.,Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CESPRO. **Diploma Município**.Disponível em: https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=201300055&NroLei=055&Word=0&Word2. Acesso em:05 abr. 2022.

CESPRO. **Diploma Município**.Disponível em: https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=201300054&NroLei=054&Word=0&Word2. Acesso em:05 abr. 2022.

CESPRO. **Diploma Município**.Disponível em: https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=201800031&NroLei=031&Word=0&Word2. Acesso em:05 abr. 2022.

CESPRO. **Diploma Município**.Disponível em: https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=201500069&NroLei=069&Word=0&Word2. Acesso em:05 abr. 2022.

CESPRO. **Diploma Município**. Disponível em: https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=20131262&NroLei=1.262&Word=0&Word2=#sel=1:1:OPQ,2:13:SRG. Acesso em: 05 abr. 2022.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** 2ª Ed. São Paulo: Cortez,2001.

CONTAG. **Fiscalização dos Recursos Públicos, Cartilha do Vereador**. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/fa-fiscalizacao-dos-recursos-publicos---cartilha-do-vereador.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

CONTANDRIOPOULOS, A. P. Saber **Preparar uma Pesquisa.** São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec/Abrasco, 1994.

COSTA, Maria Valéria Correia. **Controle Social.**Dicionário da educação profissional em saúde. Org. PEREIRA,IsabelBrasil; LIMA, Julio César Franca. 2.ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV), 2009. 478 p.

DALLARI, Pedro B. de Abreu**. Institucionalização da participação popular nos municípios brasileiros.** Instituto Brasileiro de Administração Pública, Caderno n. 1, p. 13-51, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **O que é participação política.** 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Eds.). **Handbook of qualitative research**.2. ed. London: Sage, 2000.

DIEHL, Astor Antônio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas:** métodos e técnicas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 18. ed. São Paulo: Atlas,2005. p. 765.

DIRETRIZES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO FISCAL. **Programa Nacional de Educação Fiscal.**Documento Base,Grupo Educação Fiscal – GEF, Escola de Administração Fazendária – ESAF. 2ª Edição,2015.

FIRJAN. **Índice Firjan de Gestão Fiscal**. Disponível em: https://www.firjan.com.br/ifgf/consulta-ao-indice/consulta-ao-indice-grafico.htm?UF=RS&IdCidade=432132&Indicador=1&Ano=2020. Acesso em:05 abr. 2022.

FIRJAN.**Índice Firjan de Gestão Fiscal.**Disponível em: https://www.firjan.com.br/data/files/BA/F4/E3/6A/752CC710CCD10AC7A8A809C2/IFGF%20-%20Anexo%20Metodologico%20-%202021-v2.pdf. Acesso em:05 abr. 2022.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO FEDERAL.**Participação Social**. Disponível em: https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/controle-social. Acesso em: 06 abr. 2022.

GREENHALGH T, Taylor R. **How to read a paper:** papers that go beyond numbers(qualitative research). BMJ 1997;315:740-3.

IBGE. **Cidades.**Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/taquarucu-do-sul/panorama. Acesso em:05 abr. 2022.

JORNAL O ALTO URUGUAI. **Secretaria de Educação e Cultura de Taquaruçu do Sul entrega prêmio do NFG para alunos.** Disponível em em: https://www.oaltouruguai.com.br/noticia/5702/secretaria-de-educacao-e-cultura-de-taquarucu-do-sul-entrega-premio-do-nfg-para-alunos. Acesso em 01 out. 2022.

JUNIOR, MOTA. J. F. **A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL**-além dacidadania uma questão de efetivação de direitos. Disponível em: http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=eb484fced33f6d6d#:~:text=Se%20a%20democracia%20pertence%20ao,de%20direitos%20fundamentais%20dela%20decorrente. Acesso em: 01 mai. 2022.

JUS NAVIGANDI. **A participação popular na gestão pública no Brasil.** Disponível em: https://jus.com.br/artigos/19205/a-participacao-popular-na-gestao-publica-no-brasil. Acesso em: 01 mai. 2022.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEVY, Evelyn. **Democracia nas Cidades Globais.** São Paulo, Studio Nobel, 1997.

LEI Nº 11.930, DE 23 DE JUNHO DE 2003.**Institui o Programa Estadual de Educação Fiscal - PEF/RS -** e dá outras providências.Publicada no DOE nº 119, de 24 de junho de 2003.O Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica.** SãoPaulo: Editora Atlas, 2003.

MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Participação Social, uma evolução da democracia em benefício de todos**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/informe_controle_social/Informe%2013.pdf. Acesso em: 20 abr. 2022.

PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. **Controle Social.** Disponível em: https://www.portaltransparencia.gov.br/pagina-interna/603399-controle-social. Acesso em 29 abr. 2022.

ROSA, Joal de Azambuja. **Planejamento Estratégico do Alto Uruguai Gaúcho.** Construindo umavisão de futuro / Joal de Azambuja Rosa; AD Alto Uruguai. - Erechim,RS: Graffoluz, 2008.Disponível em: http://www2.al.rs.gov.br/forumdemocratico/LinkClick.aspx?fileticket=D02NoT7VWMw%3D&tabid=5363&mid=7972. Acesso em 01 out. 2022.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** São Paulo, Editora Cortez. 2007.

STRAUSS, A. L.; CORBIN, J. **Basics of qualitative research:** grounded theory procedures and techniques. 2 ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 1998.

TAQUARUÇU DO SUL. **Taquaruçu do Sul – RS.**Disponível em: https://www.taquarucudosulrs.com.br. Acesso em:05 abr. 2022.

TAQUARUÇU DO SUL. **IntegrantesdogrupodeeducaçãofiscalmunicipaldeTaquaruçu do Sultomam posse**. Disponível em: https://www.taquarucudosulrs.com.br/noticia/206/integrantes-do-grupo-de-educacao-fiscal-municipal-de-taquarucu-do-sul-tomam-posse. Acesso em:05 abr. 2022.

TAQUARUÇU DO SUL. **Taquaruçudo Suldacontinuidadenoprogramaeducaçãofiscal**. Disponível em: https://www.taquarucudosulrs.com.br/noticia/271/taquarucu-do-sul-da-continuidade-no-programa-educacao-fiscal. Acesso em:05 abr. 2022.

TAQUARUÇU DO SUL. **LEI MUNICIPAL Nº 1.777, DE 22/03/2021**. Disponível em: https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=20211777&NroLei=1.777&Word=0&Word2=. Acesso em: 25 abr. 2022.

TAQUARUÇU DO SUL.**DECRETO MUNICIPAL Nº 031, DE 22/05/2018**.Disponível em:https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=201800031&NroLei=031&Word=0&Word2=. Acesso em :24 abr. 2022.

TAQUARUÇU DO SUL. **DECRETO MUNICIPAL Nº 055, DE 25/07/2013**. Disponível em:https://taquarucudosul.cespro.com.br/visualizarDiploma.php?cdMunicipio=7992&cdDiploma=201300055&NroLei=055&Word=0&Word2=. Acesso em: 25 abr. 2022.

TAQUARUÇU DO SUL. **LEI N° 1.262, DE 10 DE JULHO DE 2013.** Disponível em: http://www.educacaofiscal.rs.gov.br/media/2irf5ikn/taquaru%C3%A7u-do-sul-lei-1-262-2013.pdf. Acesso em: 29 abr. 2022.

TRUJILLO FERRARI, A**. Metodologia da pesquisa científica.** São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1982.

UNESC. **Gestão Pública Municipal:** Uma Análise das Funções do Departamento de Pessoal das Prefeituras da AMREC. Disponível em: http://repositorio.unesc.net/bitstream/1/1839/1/Murilo%20Medeiros%20Baldessar.pdf. Acesso em: 06 abr. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. **O Papel Fiscalizatório do Ministério Público naGestão Municipal no Município de Cambuci/ RJ**. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/1863/Nivea%20Marcia%20da%20Silva%20Ferreira.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 06 abr. 2022.

UTFPR. **Controle Social Na Gestão Pública:** A sociedade pede passagem.Disponível em: http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/23025/3/PB_GP_lV_2014_05.pdf. Acesso em 11 abr. 2022.

ZMITROWICZ Witold, BISCARO Cibele, MARINS Karin R. C. C. **A Organização Administrativa do Município e o Orçamento Municipal.** Disponível em: http://www.pcc.usp.br/files/text/publications/TT_00020.pdf. Acesso em: 05 mai. 2022.

APÊNDICE

APÊNDICE: Questionário

QUESTIONÁRIO

Este é um questionário a ser aplicado para o Prefeito e Secretário da Administração, Grupo de Educação Fiscal Municipal, Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. O mesmo tem o objetivo de melhor entender a importância da participação da sociedade no controle das despesas públicas na gestão municipal de Taquaruçu do Sul/RS. A pesquisa está sendo realizada pelo acadêmico Ivan Carlos Brandalise do curso de Administração Pública da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Unidade Universitária de Frederico Westphalen/RS, orientado pelo Prof. Dr. Paulo Vanderlei Vargas Groff, utilizado para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso.

FUNÇÃO/CARGO:_____

INSTITUIÇÃO QUE REPRESENTA:_____

1) Como o(a) Senhor(a) avalia a participação da sociedade no controle da Administração Pública.

_____

_____

_____

_____

_____

2) Qual a importância da participação da sociedade como fiscalizadora no controle das despesas públicas na gestão municipal?

_____

_____

_____

3) Como ocorre o controle social sobre a Administração Pública em Taquaruçu do Sul?

4) Quais as políticas de incentivo à participação da sociedade na Gestão Pública existem no município de Taquaruçu do Sul?

5) Quais as formas de melhoramento na fiscalização da gestão municipal que o(a) Senhor(a) acredita que podem ser incrementadas?

6) O(a) Senhor(a) acredita que a educação fiscal tem contribuído para qualificar a fiscalização da gestão pública municipal? Explique.

7) A Administração tem buscado dar maior transparência a suas ações, através de quais instrumentos?

8) A sociedade tem valorizado os instrumentos de participação que tem sido oferecido pela Administração Municipal?